

cadernos
IHU
ideias

*O modus operandi das
políticas econômicas
keynesianas*

Fernando Ferrari Filho
Fábio Henrique Bittes Terra



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

***O modus operandi das políticas
econômicas keynesianas***

Fernando Ferrari Filho
Fábio Henrique Bittes Terra

ano 10 nº 162 2011 ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 10 – Nº 162 – 2011

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

O *MODUS OPERANDI* DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS KEYNESIANAS

Fernando Ferrari Filho
Fábio Henrique Bittes Terra

1 Introdução

As análises e proposições de política econômica – monetária, fiscal, cambial e de renda – de Keynes enquanto *policy adviser* do Tesouro Inglês e as concepções teóricas e prescrições econômicas contidas em seus ensaios e livros, dentre os quais o de maior repercussão, *The general theory of employment, interest and money* (KEYNES, 1964), doravante GT, influenciaram o rumo do capitalismo e revolucionaram o estudo da Economia moderna.¹

Nos anos 1970, com a ruptura do sistema monetário internacional de Bretton Woods e a crise de estagflação dos países desenvolvidos, a teoria e as políticas keynesianas foram consideradas “mortas” (LUCAS, 1980) e, como contrapartida, surgiram nos meios acadêmicos e entre os *policy makers* estratégias neoliberais de políticas econômicas, alicerçadas tanto na ideia de Estado-mínimo como na fé inabalável dos (livres) mercados eficientes. Indo nessa direção, os anos 1980 e 1990 configuraram a hegemonia dos princípios neoliberais, que encontra no processo de globalização econômica sua expressão mais acentuada e que, ademais, patrocinam o *downsizing* do setor público e limitam as políticas macroeconômicas. Com a crise financeira internacional de 2007-2008² e seus desdobramentos sobre o lado real da economia, o debate sobre uma maior intervenção do Estado na economia voltou à “ordem do dia” e todos se tornaram “keynesianos”.³

1 Entre os anos imediatamente posteriores à publicação da GT até o início dos anos 1970, as políticas macroeconômicas keynesianas – caracterizadas por políticas fiscais e monetárias contracíclicas, de câmbio administrado e de renda – não somente reestruturaram a dinâmica das economias capitalistas, mas também foram fundamentais para conduzi-las para uma situação de *welfare state*.

2 Uma análise detalhada sobre a crise financeira internacional pode ser encontrada em Associação Keynesiana Brasileira (AKB) (2008) e (2010).

3 Como se pode ver em Mankiw (2008) e Krugman (2009).

Como se sabe, ao longo de sua obra Keynes objetivou entender a natureza dos problemas econômicos das economias empresariais modernas, economias monetárias, tais como a instabilidade do nível de preços, as flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego, a concentração da renda e da riqueza e as crises financeiras. Após apreender a natureza das economias monetárias, Keynes apresentou possíveis soluções para os referidos problemas que vão, via de regra, na direção do capitalismo regulado pelo Estado e na busca de uma nova ordem econômica mundial.

Conforme se verá a seguir, as tomadas de decisões de gastos em economias monetárias, sejam de consumo sejam de investimento, ocorrem em contextos de expectativas condicionadas pela incerteza acerca dos resultados futuros. Logo, a geração de emprego e renda depende das expectativas dos empresários sobre uma futura demanda social daquilo a que ele se ariscou a produzir. Assim, em situações de desconfiadas expectativas sobre o futuro, a preferência pela liquidez dos agentes se manifesta e a demanda efetiva não se realiza, resultando na elevação do desemprego involuntário. Para Keynes, essa dinâmica instável de economias monetárias pode – e deve – ser estabilizada. Para tanto, o autor deixou claro que a atuação estatal através de políticas econômicas contracíclicas, visando a “socialização do investimento”, era o caminho pelo qual deveriam ser estabilizados os ciclos econômicos.

Pois bem, nesse cenário o objetivo do artigo é apresentar o *modus operandi* da política econômica em Keynes. Para isso, além desta parte introdutória, o artigo está dividido em três outras seções: a seção seguinte apresenta a dinâmica de economias monetárias; na terceira seção são apresentadas as políticas monetária, cambial e fiscal em Keynes. Por fim, na seção 4 são apresentadas considerações finais.

2 A dinâmica das economias monetárias

A instabilidade cíclica nos níveis de produto e emprego sempre foi uma das preocupações fundamentais de Keynes (FERRARI FILHO, 2006a). Em última instância, afirmava Keynes (1964, p. vii, grifo nosso), o problema das flutuações decorre do fato de que “uma economia monetária [...] é essencialmente uma economia em que *mudanças de pontos de vista sobre o futuro* são capazes de influenciar o volume de emprego”. Em outras palavras, em economias monetárias moeda nunca são neutras.

Para Keynes (1979), as economias capitalistas são economias monetárias de produção. A característica essencial de uma economia monetária é que a moeda é um ativo desejado por ser capaz de resguardar as mudanças de expectativas dos agentes, pois reserva poder de comando sobre a riqueza social ao longo

do tempo, possuindo liquidez máxima para saldar as transações econômicas. Aliás, a ampliação do estoque particular de moeda é também o objeto de desejo dos empresários ao investirem. Assim, não é por menos que Keynes aponta que “o empresário não está interessado no montante de produto, mas no montante de moeda que lhe será partilhado. Ele expandirá sua produção, pois espera, ao fazê-lo, aumentar seu lucro monetário” (1979, p. 82).

Para Keynes, o empresário, em sua iniciativa de ampliar sua riqueza, arrisca recursos monetários no presente crendo na realização de sua produção no futuro. Tal aposta, embora racional, “depende mais do otimismo espontâneo [...] do nosso entusiasmo – como um intuito autônomo para agir, em vez de não fazer nada” (KEYNES, 1964, p. 152). Conforme argumenta Keynes, o investimento ocorre porque, em seu *animal spirits*, “o empreendedor procura vencer a si próprio de que a principal força motriz de sua atividade reside nas afirmações de seu propósito” (idem, ibidem, p. 161-162).

Contudo, há um dilema inexorável: o empresário, agente que detém a capacidade de empregar recursos monetários em bens de capital, máquinas, e equipamentos, sendo portanto responsável pelo emprego dos demais indivíduos e pela criação de renda e riqueza social, é constantemente confrontado em suas decisões de investimento por um futuro implacavelmente desconhecido. Logo, em uma economia monetária, é a expectativa do empresário que o faz abrir mão da liquidez da moeda que possui e aposte que o futuro lhe trará mais desta moeda. Por conseguinte, a riqueza social somente será aumentada e, de alguma forma distribuída, se o ânimo dos empresários validar suas decisões de mobilizar moeda em novos empreendimentos.

Nesse sentido, a depender da forma pela qual a preferência pela liquidez (ou seja, a demanda por moeda) dos empresários for condicionada pelas expectativas deles sobre o futuro, induzir-se-ão “movimentos de substituição das formas de riqueza, aumentando ou diminuindo a demanda por ativos reprodutíveis e, assim, aumentando ou diminuindo a renda gerada na produção de novos itens” (CARVALHO, 1994, p. 47).

O empresário, ao investir, espera que exista demanda efetiva futura pela sua produção. Todavia, se o *animal spirits* do empresário não o anima a despendar sua moeda em um processo produtivo, ou seja, se reina sobre o empresário a preferência pela liquidez da moeda, o objeto dos desejos do empresário passa a ser sua riqueza presente e não sua ampliação. A consequência direta do arrefecimento das expectativas empresariais é, assim, o prevalecimento do desemprego involuntário, além do constrangimento da produção de renda e riqueza.

Em síntese, a dinâmica do sistema econômico depende de elementos pouco materiais como expectativas e preferência

pela liquidez. Logo, é necessária alguma instituição que busque subsidiar as expectativas empresariais, a bem de se ter uma trajetória estável dos níveis de produto e emprego. Por excelência, para Keynes, essa instituição é o Estado, e o objetivo de sua política econômica é impedir que a demanda efetiva seja correntemente aquém da esperada pelos empresários, para que suas decisões sobre como alocar seus recursos monetários não deixem de ser voltadas para o investimento produtivo. Assim, como se descreverá na seção seguinte, a política econômica para Keynes evita, fundamentalmente, que o desemprego involuntário se alastre e que se tenham momentos de menor produção de riqueza social.

3 Políticas econômicas keynesianas de coordenação da dinâmica de economias monetárias

Para suavizar o ritmo das mudanças de pontos de vista sobre o futuro por parte dos empresários, Keynes propôs, em sua GT, uma nova filosofia social para resolver “os principais problemas da sociedade econômica em que nós vivemos [que] são o desemprego e a arbitrária e desigual distribuição da renda e da riqueza” (KEYNES, 1964, p. 372). O foco de tal proposição consistiu na orientação econômica que o Estado deveria deter sobre o sistema econômico, uma vez que, deixado ao livre julgo das forças de mercado, o sistema econômico e as próprias políticas econômicas – compreendidas de modo descoordenado entre si – levariam não à solução, mas à amplificação dos principais problemas das economias monetárias. Nesse particular, a política econômica keynesiana estrutura-se de forma a permitir a administração das endogenias entre as políticas monetária, fiscal e cambial.

Como? Em linhas gerais, deve-se coibir, por exemplo, que a taxa de juros básica da economia seja elevada para funcionar como instrumento de absorção de “poupança externa” através da atração de capital externo de curto prazo, inibindo, assim, investimentos produtivos. Ademais, em um contexto de taxa de juros básica baixa, as finanças públicas do país não seriam engessadas por um elevado custo de rolagem da dívida pública, viabilizando, então, uma maior autonomia da política fiscal para realizar políticas contracíclicas sem a necessidade de incursão em déficits públicos.

As relações de causalidade entre as políticas monetária, fiscal e cambial ficam explicitadas também no fato de que uma das consequências da elevação da taxa de juros é, inexoravelmente, o surgimento de déficits gêmeos. O excesso de ingresso de capital estrangeiro de portfólio tende a apreciar a moeda nacional, cujos reflexos são a perda de competitividade dos produtos domésticos no exterior e, assim, a deterioração da balança comer-

cial. Uma vez que parte substancial do ingresso do referido capital direciona-se para a compra de títulos públicos, tanto a dívida pública federal como o custo dela elevam-se e, então, a política fiscal fica comprometida em compensar os desequilíbrios fiscais, desviando-se, desse modo, de seu objetivo principal, qual seja, engendrar esforços para estimular o crescimento do produto e da riqueza do país.

Pois bem, ciente (i) das relações de causalidade entre as políticas monetária, fiscal e cambial, (ii) de que instabilidades cíclicas das economias monetárias afetam de forma imprevisível o estado de confiança dos empresários e podem levar à estagnação da criação de emprego e renda e (iii) de que políticas econômicas desarticuladas entre si intensificam os ciclos econômicos ao não incitarem nos agentes confiança em demanda efetiva por seus produtos, Keynes prescreveu modos de condução para as políticas econômicas, a fim de elas assegurarem a coordenação das economias monetárias.

A referida coordenação não é a planificação da economia, pois isso eliminaria a ação empresarial e a transferiria aos entes no comando do planejamento central; ao empresário, em tal circunstância, caberia apenas executar as determinações do planejador. Nesse sentido, a ideia de Keynes sobre a “socialização dos investimentos” deve ser compreendida como políticas econômicas em sintonia-fina com aquilo que for necessário para “cooperar com a ação de iniciativa privada” (KEYNES, 1964, p. 378). Ademais, pode se entender a coordenação, como apontam Ferrari Filho e Conceição (2001), como a construção, guiada pelo Estado, de um conjunto de instituições – como o zelo no cumprimento de contratos, a confiança na qualidade da moeda de curso legal, regras que assegurem a estabilidade política etc. – que mantenha estável o ânimo empresarial e os investimentos produtivos.

Por que se ter o Estado como coordenador do sistema econômico? Pois ele é o ente capaz de reunir o maior número de informações disponíveis na sociedade e, sem embargo, é o legislador hábil a zelar pela continuidade das instituições e por alterá-las legalmente, ao passo em que a evolução histórica dos diferentes sistemas sociais assim o requerer. Cabe-lhe, portanto, em prol do coletivo e não a fim de privilégios privados, coordenar a atividade econômica.

Pois bem, a preocupação de Keynes com o Estado coordenador foi inicialmente manifestada em *The economic consequences of the peace*, de 1919.⁴ Argumenta o autor que a reestruturação mundial das ordens econômica e social passava pela regulação do capitalismo, necessariamente conduzida pelo agente público. Nos anos 1920, as críticas ao capitalismo liberal

4 Para mais, ver: Keynes, 1988.

e, conseqüentemente, a necessidade de intervenção do Estado na economia passam a ser mais recorrentes nos escritos de Keynes. Nesse período, um ensaio de Keynes chama atenção: *The end of laissez-faire* (1972).

No ensaio, Keynes, ao mostrar que o *laissez-faire* não conciliava os interesses individuais com os sociais,⁵ afirma que a regulação do capitalismo é capaz de assegurar a estabilidade econômica e a harmonia social. As citações que se seguem vão nessa direção: “[minhas] reflexões têm sido direcionadas para uma possível melhora das relações técnicas e institucionais do capitalismo moderno através de uma ação coletiva (KEYNES, 1972, p. 292-293). E, acrescenta Keynes: “acho que o capitalismo, *relativamente administrado*, pode [...] ser eficiente. Nosso problema é construirmos uma organização social que seja mais eficiente sem dirimir nossos pontos de vista em busca de uma vida mais satisfatória (idem, ibidem, p. 294, grifo nosso).

Em suma, no escrito *The end of laissez-faire* Keynes tem ciência de que a sobrevivência do capitalismo deveria passar pela “mão visível” do Estado, de maneira a regular as disfunções socioeconômicas protagonizadas pelo mercado.⁶ Para isso, políticas econômicas deveriam ser responsáveis pela coordenação econômica estatal. Nesse particular, Keynes destaca a execução das políticas monetária, cambial e fiscal, sobretudo a última, como as mais importantes para que o Estado detenha uma intervenção econômica devidamente orientadora.⁷

3.1 As políticas monetária e cambial

Para Keynes, a condução da política monetária deveria promover, por meio da administração da taxa de juros básica da economia, o alinhamento dos preços relativos dos ativos passíveis de investimento no sistema econômico. Conforme Keynes (1964, p. capítulo 17), todos os ativos possuem intrinsecamente uma taxa de juros e pela comparação entre as diversas remunera-

5 Nas palavras de Keynes (1972, p. 287-288), “o mundo não é governado de forma que os interesses privados e sociais sejam sempre coincidentes [...] Não é correto afirmar que os princípios da economia são conduzidos de forma que o autointeresse seja sempre operacionalizado em prol do interesse público”.

6 A ideia de ação reguladora do Estado é resgatada, nos anos 1980, por Minsky (1986). Segundo ele, o “*Big Government* é a mais importante razão pela qual o capitalismo de hoje [dos 1980] é melhor que o capitalismo que nos deu a Grande Depressão” (MINSKY, 1986, p. 296).

7 Terra *et alii* (2009) apontam que políticas em nível microeconômico poderiam gerar distorções, privilégios e ineficiências. Atuando-se, portanto, em âmbito mais geral, como o macroeconômico, poderia permitir-se a atuação da iniciativa privada da forma mais abrangente possível, evitando-se concentrações de oportunidade e de renda. É importante ressaltar que, no capítulo 24 da GT, Keynes destaca a importância das políticas de renda e comercial. Para maiores detalhes, ver: Carvalho (2006), que explora a política de renda, e Ferrari Filho, (2006b), que destaca a política comercial em Keynes.

rações factíveis de escolha, os agentes podem destinar seus recursos – caso lhes seja mais vantajoso em termos de liquidez, custo de carregamento e quase-renda – a ativos não suscetíveis de reprodução fabril. A propósito, essa destinação ocorrerá principalmente quando os investimentos realizados tornaram-se estoques involuntários e, conseqüentemente, expectativas frustradas.

Em vista do exposto, a taxa de juros básica da Autoridade Monetária (AM) deveria manter-se em pleno conhecimento público e em um patamar considerado por este público normal, dentro de suas convenções, porque, como aponta Carvalho (1999, p. 275, grifo nosso), “as pessoas formam uma expectativa da taxa de juros *normal* e esperam que as taxas atuais gravitem ao seu redor”. Assim sendo, como há um desconhecimento incalculável do futuro, a taxa de juros é sempre alvo de tentativas de antecipação por parte dos agentes, que a ela se atentam para não incorrerem em custos de oportunidade de investimento. A qualquer desconfiança de oscilação na taxa de juros em torno daquilo que se considera normal, haverá modificações nas decisões de gastos dos investidores em suas apostas pelo maior lucro monetário. É por isso que não deve existir sigilo por parte da AM sobre qual será o nível vigente de juros ao longo do tempo. Ademais, não devem ocorrer alterações surpreendentes e significativas nos juros básicos para que a ação da AM seja crível.

Carvalho (1994) chama a atenção para uma ilustração válida para a representação de como a política monetária atua na determinação da composição de portfólio de ativos dos agentes. Segundo o autor,

[é] neste sentido que se constrói a pirâmide invertida que caracteriza a visão keynesiana da relação entre a moeda e os demais ativos financeiros [...] No vértice está a moeda legal, e sobre esse vértice se apoiam os outros ativos, em camadas sucessivas, definida cada uma pelos arranjos institucionais que estabelecem as regras de conversibilidade entre os grupos [...] e pela relação entre as taxas de retorno obtidas em cada coleção de ativos (CARVALHO, 1994, p. 43-44).

É por essa relação entre os diversos ativos e a própria moeda que se concede à política monetária alguma capacidade de gerenciar a demanda efetiva e à gestão da taxa de juros, como instrumento de política monetária, a habilidade em influenciar as variáveis reais das economias monetárias. Ou seja, a política monetária atua indiretamente sobre a atividade econômica, impactando inicialmente sobre os níveis de liquidez dos mercados monetário e financeiro. Ao atingir a liquidez dos diferentes ativos monetários e financeiros, a política monetária repercute sobre as

demais taxas de juros do sistema econômico e, assim, afeta o lado real da economia (MINSKY, 1986).⁸

Por conta disso, Keynes (1980a, p. 350) argumenta que

[não] é muito correto que eu confira importância primaz à taxa de juros. Confiro importância primaz à escala de investimento e me interesso na taxa de juros como um dos elementos para se alcançar isto. Mas, devo considerar a intervenção estatal como encorajadora de investimento um fator mais importante.

No que diz respeito à política cambial, as reflexões e proposições teóricas de Keynes vão ao encontro da articulação de um regime de taxa de câmbio administrada para assegurar o equilíbrio externo e, principalmente, a estabilidade dos preços (FERRARI FILHO, 2006a). Em sua *International clearing union* (KEYNES, 1980b), Keynes deixa clara essa ideia ao sinalizar que um dos objetivos de um arranjo cambial fixo, mas alterável em conformidade com as circunstâncias, deveria ser o de reduzir as incertezas sobre os preços futuros dos ativos e bens *tradeables* quando os agentes econômicos fossem tomar decisões de fechamento de contratos de câmbio.

Ademais, Keynes preocupou-se em sinalizar que a dinâmica externa de economias monetárias não poderia prescindir de um instrumento que viabilizasse simetrias de equilíbrio entre as relações comerciais dos países. Nesse sentido, Keynes propôs a criação de um organismo coordenador multilateral que deveria zelar para que os desequilíbrios comerciais fossem automaticamente compensados, de forma que os países deficitários não ficassem reféns da necessidade de atração de capitais para financiar seus balanços de pagamento.

A compensação multilateral deveria ser feita por intermédio de uma moeda de aceitação universal e de emissão supranacional, usada apenas para promover as compensações multilaterais e sem qualquer vantagem em ser utilizada enquanto reserva de valor. Nas palavras de Keynes (apud SZMRECSÁNYI, 1984, p. 198), a utilidade dessa moeda e do equilíbrio comercial que ela objetiva está em “permitir que o dinheiro ganho na venda de bens a um país possa ser gasto na compra dos produtos de qualquer outro”, pois “não podemos esperar que se equilibre nossa balança comercial, se os excedentes ganhos em um país não podem ser aplicados para satisfazer nossas necessidades em outro”. A compensação automática dos desequilíbrios comerciais permitiria que se suavizasse a necessidade de os países atraírem capitais estrangeiros para equilibrar seus balanços de pagamento com transações correntes deficitárias.

8 Por exemplo, quando há desconfiança generalizada dos agentes, a política monetária pode não contribuir para equilibrar o ciclo econômico, haja vista a fenômeno conhecido por armadilha da liquidez.

Para Keynes, a compensação automática seria uma restrição à liberdade de atuação econômica dos países. Contudo, ela possibilitaria que eles detivessem uma maior autonomia sobre as decisões interessantes à política econômica doméstica. Caso “poupança” externa seja necessária ao equilíbrio do balanço de pagamentos, controles sobre o fluxo de capitais poderiam ser impostos em prol de uma condução mais autônoma da taxa de juros da política monetária. Em suas palavras,

[estamos] ganhando uma liberdade à custa de outra? [...] Não se trata apenas de uma questão de impedir as especulações cambiais e os movimentos de dinheiro vivo, ou até mesmo de evitar fugas de capitais, devido a motivos políticos [...]. A meu ver, a necessidade é mais fundamental [...] [caso contrário] estamos sujeitos a perder o controle sobre a taxa interna de juros (KEYNES apud SZMRECSÁNYI, 1984, p. 198-199).

O câmbio administrado, a compensação automática dos desequilíbrios comerciais e o controle de capitais cumprem dois papéis fundamentais para Keynes. De um lado, tornam menos incertas as expectativas empresariais; de outro lado, dão maior liberdade à condução da política monetária tanto por dificultarem efeitos *pass-through* do câmbio para os preços domésticos como por possibilitarem que a taxa de juros não fique refém da necessidade de atrair capitais externos,⁹ o que pode vir a inibir os investimentos produtivos. Em suma, a política cambial em Keynes pretende garantir, de forma intertemporal, o equilíbrio externo e a autonomia da política monetária.

Mesmo diante dos relevantes papéis das políticas monetária e cambial, a política fiscal é aquela que Keynes considera a mais importante política estabilizadora automática dos ciclos econômicos. A seguinte passagem da GT ilustra tal afirmação:

Encontrando-se o Estado em situação de exercer influência sobre a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo [...] espero vê-lo assumir a responsabilidade cada vez maior na organização *direta* dos investimentos (KEYNES, 1964, p. 164, grifo nosso).

3.2 A política fiscal

A política fiscal keynesiana constitui-se no principal instrumento de intervenção estatal para Keynes por impactar diretamente sobre a demanda agregada – mais especificamente, sobre consumo e investimento. Ela se ancora na política de tributação e na administração de gastos públicos – ressalte-se, categoria completamente diferente de déficit público.

9 Keynes (apud SZMRECSÁNYI, 1984, p. 203) afirma que “[não] podemos ter esperança de controlar as taxas internas de juros, se os movimentos de recursos de capital para fora do país forem ilimitados”.

A política de tributação objetiva, de um lado, permitir que a renda desigualmente distribuída possa ser realocada, seja por tributação da renda seja por impostos sobre a herança; de outro lado, ela viabiliza, por conceder capacidade de gasto do Estado, que ele atue para a expansão da demanda agregada do sistema econômico. Por fim, a política de tributação, como denota Keynes (1972), pode também servir para ampliar a renda disponível, fomentando a ampliação da demanda efetiva.

Por sua vez, a administração dos gastos públicos, na perspectiva original de Keynes, centra-se na constituição de dois orçamentos: o corrente e o de capital. O orçamento corrente diz respeito ao fundo de recursos necessários à manutenção dos serviços básicos fornecidos pelo Estado à população.¹⁰ Embora, como aponta Kregel (1985), Keynes acreditasse na importância desses gastos correntes, mormente as transferências da previdência social, como estabilizadores automáticos dos ciclos econômicos, o orçamento corrente deveria ser sempre superavitário.

Dessa forma, como serão feitas as políticas fiscais contracíclicas? Keynes (1980a, p. 278) afirma que

[é] provável que o montante de superávit [do orçamento corrente] flutue de ano a ano para os casos usuais. Mas, eu não devo objetivar alcançar a compensação das flutuações cíclicas do sistema econômico por meio do orçamento corrente. Eu devo deixar esta tarefa ao orçamento de capital.

Para Keynes (1980a), a outra parte do orçamento público é o orçamento de capital. Nele se discriminam as despesas públicas referentes a investimentos produtivos levados a cabo pelo Estado para a manutenção da estabilidade no sistema econômico. Tais investimentos devem ser realizados por órgãos públicos ou semipúblicos,¹¹ desde que com objetivos claros de regulação do ciclo econômico, por meio da ancoragem da expectativa dos empresários na demanda efetiva futura daquilo que eles, no presente, decidam empreender.

O orçamento de capital keynesiano poderia ser deficitário, mas os superávits necessariamente obtidos no orçamento corrente o financiariam. Dessa forma, a dívida por ventura construída pelo déficit no orçamento de capital seria relacionada não a atividades estatais de tomada de empréstimos nos mercados financeiros, as quais poderiam suscitar nos indivíduos desconfi-

10 Tais como em saúde pública, educação, infraestrutura urbana, defesa, previdência social, entre outros.

11 Para Keynes, o órgão semipúblico “[busca] o bem público [...] [e] aproxima-se mais do *status* de uma corporação pública do que de uma empresa privada. [Como exemplo, tem-se] as universidades, o Banco da Inglaterra e a Autoridade Portuária Londrina” (KEYNES apud KREGEL, 1985, p. 37).

ança quanto à solvência do Estado e, conseqüentemente, sobre a capacidade de ele manter-se como fomentador das expectativas empresariais, mas, sim, a “atividades produtivas ou semiproductivas que substituirão gradualmente a dívida de peso morto” (KEYNES, 1980a, p. 277).¹²

Outro importante fundamento da operacionalização do orçamento de capital refere-se ao fato de que os investimentos públicos nele arrolados não podem ser rivais, mas devem ser complementares aos investimentos da iniciativa privada (CARVALHO, 1999). Ademais, esses investimentos normalmente estão relacionados às inversões tecnicamente sociais, que são aquelas “decisões que não são feitas por ninguém se o Estado não as fizer” (KREGEL, 1985, p. 37).

Ademais, consoante Davidson (1991, p. 32) “as decisões econômicas são feitas por homens que enfrentam um incerto e imprevisível futuro econômico e que se movem de um fixo e irreversível passado”. Logo, o tempo importa, e, porquanto ele for uma variável central para os indivíduos e para aquilo que eles relevam para decidir se agir ou não, a política fiscal keynesiana não pode ter caráter de instrumento de última instância.

Assim, segundo Keynes, a principal tarefa do estabilizador automático seria o de prevenir largas flutuações por intermédio de um programa estável e contínuo de investimentos oriundos do orçamento de capital. Segundo Keynes, ser o Estado um estabilizador automático implica em ele manter “um programa de longo prazo [de investimentos] que seja capaz de reduzir a amplitude potencial de flutuação para limites muito mais estreitos” (KEYNES, 1980a, p. 322). Não seria função do Estado intervir em picos ou vales de uma trajetória do sistema econômico, mas, evitar que picos ou vales existam.¹³

12 Entenda-se dívida de peso morto como aquela que não constrói suas fontes futuras de pagamento, tais quais os títulos públicos emitidos obterem-se os recursos para o pagamento de dívidas antigas.

13 Os efeitos da crise do *subprime* sobre as economias emergentes, em especial a brasileira, corroboram essa visão. Como mostra Ferrari Filho (2009), entre fins de 2008 e início de 2009, a tese de “descolamento” da economia brasileira em relação à crise econômica mundial foi refutada, uma vez que o Brasil passou a sofrer os impactos que eram sentidos pelos países desenvolvidos. Nesse período, os principais indicadores que dinamizam a demanda agregada da economia brasileira, quais sejam, investimento, consumo e exportações, caíram significativamente. Em resposta à crise, por mais que as Autoridades Econômicas Brasileiras (AEB) tenham sido, em um primeiro momento, morosas em agir, as políticas fiscal e monetária de estímulo à demanda agregada implementadas pelas referidas Autoridades no primeiro trimestre 2009 acabaram surtindo efeito, a ponto, inclusive, de reverter a recessão econômica do país já em 2010. Se as AEB adotassem *perenes estabilizadores automáticos* de demanda efetiva, tais quais aqueles propostos por Keynes, crises de demanda efetiva, como a que foi vivenciada pela economia brasileira entre 2008 e 2009, não seriam tão impactantes e teriam uma rápida duração.

Conduzida de forma contínua, a estabilização automática não se concentrará a conter momentos de crise econômica, mas; quando forem percebidos quaisquer sinais de excesso de demanda agregada, deverão ser postergados projetos de investimento do orçamento de capital para que a expansão da renda nacional não seja corroída pela inflação causada pela escassez de oferta. Portanto, as ações de contenção de flutuações no curto prazo não devem ser restritas a promover fases de expansão, mas devem ser requisitadas, inclusive, para evitarem-se episódios de excesso de demanda agregada.¹⁴

A proposição de um orçamento de capital tem como princípio que, por ser um indutor de instituições produtivas, ele é o responsável pela geração de seu próprio superávit, ao longo prazo. Para o equilíbrio das finanças públicas basta que, no curto prazo, não se incorra em déficit corrente, uma vez que os superávits do orçamento corrente financiam eventuais déficits no orçamento de capital. Não obstante, os retornos dos investimentos públicos realizados tendem a equilibrar, no longo prazo, o próprio orçamento de capital. Nas palavras de Keynes (1980a, p. 320) os “dispêndios de capital devem, no mínimo parcialmente, se não completamente, pagar a si mesmo”.

Essa possibilidade de equilíbrio do saldo do orçamento de capital no longo prazo torna muito mais racional e viável o orçamento público em sua totalidade,¹⁵ fomentando ao longo do tempo a construção de superávits e, por conseguinte, poupança pública em ambas as partes do orçamento keynesiano, o que sinaliza maior capacidade de intervenção para o Estado atuar de forma contracíclica. Torna-se, assim, ainda mais distante a incursão em déficits orçamentários que, conforme ratifica Keynes (1980a, p. 352) advirá se “o volume de investimentos planejados falhar na produção do equilíbrio”. Nessas condições, e somente nelas,

[o] equilíbrio [orçamentário] poderá ser encontrado por meio do desequilíbrio [...] do orçamento corrente. Admitidamente isto deverá ser um último recurso, que deverá entrar em jogo apenas se a maquinaria do orçamento de capital se quebrar (KEYNES, 1980a, p. 352).

Não obstante, Keynes ainda argumenta que, para não restarem dúvidas quanto a sua verdadeira intenção ao prescrever regras de funcionamento à política fiscal, “então, decididamente

14 Para exemplos de situações em que o Estado deve agir para arrefecer a atividade econômica, ver: Keynes, 1972, em especial *How to pay for the war*.

15 Em 1933, na obra *The means to prosperity*, Keynes (1972) aponta que políticas de ampliação do gasto público em momentos de estagnação ou recessão são meios de os tesouros nacionais conseguirem ampliar sua arrecadação e de facilitarem a conquista de orçamentos equilibrados, guardado o tempo necessário entre o gasto tornar-se remuneração e esta efetivar-se em consumo.

[...] [não se deve permitir] que se confunda a ideia fundamental do orçamento de capital com o particular – e um tanto quanto desesperado – expediente do déficit” (KEYNES, 1980a, p. 353-354).

Esse papel fundamental dado ao gasto com o investimento *vis-à-vis* o gasto em consumo, em termos da dinâmica da demanda agregada em uma perspectiva keynesiana, concentra-se, em especial, sobre três aspectos. Primeiramente, o estoque acumulado de riqueza na sociedade depende essencialmente das decisões de investimento dos empresários. Em segundo lugar, consoante Keynes (1972), o aumento inicial da riqueza, em decorrência da passagem de recursos de um indivíduo para outros no ato de investir, é capaz de gerar um circuito de gastos e, então, novos aumentos de renda por meio do efeito multiplicador dos investimentos. Por fim,

[a] questão então surge em porque eu preferiria uma forte escala de investimento em relação a um crescimento no consumo. Minha principal razão sobre este ponto é que eu não acredito que tenhamos alcançado o ponto de saturação do capital. Será do interesse do padrão de vida no longo prazo se crescermos largamente nosso capital (KEYNES, 1980a, p. 350).

Em um mundo incerto, no qual agentes arriscam sua possibilidade de comando sobre a riqueza social a fim de conseguirem mais desse poder no futuro, a política econômica deve ser aquilo de mais sólido que a iniciativa privada tem contato, garantindo uma dinâmica de crescimento da riqueza e, por conseguinte, mantenedora e ampliadora da propensão ao consumo da sociedade, fomentando as prospecções dos investidores. Sobre isso, Minsky (1986, p. 6) denota que

[se] o mecanismo de mercado tiver que funcionar bem, nós devemos nos arranjar para constranger a incerteza devida aos ciclos de negócios, para que as expectativas que guiam os investimentos possam refletir a visão de um progresso tranquilo.

Como aponta Marcuzzo (2005, p. 2, grifo nosso), a teoria de Keynes é um anúncio daquilo que precisa ser realizado para que “sustente-se o nível de investimento, mas isso deve ser interpretado mais no sentido de *estabilizar a confiança dos negócios* do que um plano para obras públicas financiadas por lançamento de dívida”. Evidencia-se, enfim, que a política econômica keynesiana, tanto em sua concepção como em sua operacionalização, pretende a manutenção dos níveis de demanda efetiva, tendo como fim abrandar o desemprego involuntário, por meio da estabilização do estado de confiança dos empresários. O resultado a que se anseia chegar via políticas econômicas keynesianas é a construção de uma sociedade com uma trajetória que

conte perenemente com eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

4 Considerações finais

Essencialmente, a preocupação de Keynes dizia respeito à forma como promover a maior riqueza social possível que fosse passível de usufruto pela maior quantidade possível de indivíduos. O problema central nesta produção de riqueza é que os empresários e seus *animal spirits* são a todo tempo confrontados pela incerteza inerente ao futuro. Nesse dilema e coerentemente com sua preocupação, Keynes propôs a intervenção estatal como forma de basear as expectativas empresariais.

Em um contexto de mundo incerto, em que os agentes ariscam suas possibilidades de comando sobre a riqueza social para conseguirem mais desse poder no futuro desconhecido e incalculável, a política econômica deve ser aquilo de mais sólido com que a iniciativa privada tem contato. Assim, como visto em Keynes, as políticas monetária e fiscal devem ser regradas não somente para que seus efeitos não sejam adversos em relação aos objetivos da intervenção estatal, mas principalmente porque a política econômica é uma regra, uma convenção, sobre a qual se apoia o empresário para decidir se investe ou não. A regra de condução da política econômica é o que a viabiliza enquanto coordenadora da atividade econômica. Se a atuação da política econômica fosse casuísta, ela simplesmente não funcionaria como fornecedora de bases às prospecções dos agentes; antes, pelo contrário, deixá-los-ia com bases ainda mais precárias sobre as quais decidirem como agir, pois, afinal, seria uma política econômica que mudaria constantemente, ao sabor das situações que surgissem.

Keynes, como se sabe, não queria que o capitalismo sucumbisse; muito pelo contrário, queria reformá-lo e salvá-lo. Para tanto, rejeitando o capitalismo à moda *laissez-faire*, ele propõe um capitalismo regulado em que as disfunções do mercado fossem supridas pela intervenção do Estado para, por um lado, garantir e sustentar o pleno emprego e, por outro, atacar o excessivo grau de concentração de renda e de riqueza. É a partir da intervenção do Estado na economia, seja por políticas públicas, seja através de ações normativas imprescindíveis para a construção de um ambiente institucional favorável à socialização dos investimentos entre os agentes público e privado, que Keynes e seus seguidores sinalizam a reforma do sistema capitalista.

Nesse sentido, a partir de sua análise sobre a lógica operacional de economias monetárias, Keynes, ao longo de sua vida, apresentou inúmeras propostas de reformas institucionais do capitalismo, inclusive aquelas relacionadas à reestruturação do sistema monetário internacional (KEYNES, 1980b). Em comum a

todas as proposições, a ideia de que o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social devem consistir no esforço daqueles que não cometem os erros dos pessimistas, conforme escreveu Keynes em *Economic possibilities for our grandchildren* (1972, p. 322):

[de um lado] existem os pessimistas revolucionários que pensam que a situação é muitíssimo ruim e que nada pode solucioná-la a não ser os atos de violência, e [de outro] há os pessimistas reacionários que consideram que a nossa situação econômica e social é tão precária que não vale a pena arriscarmos mudanças.

Nesse particular, para finalizar, não é demais salientar que nem os erros dos pessimistas, tampouco o conformismo reacionário, constituíram-se em uma alternativa válida para Keynes. Notadamente, a alternativa válida para o autor foi formular soluções para um problema de economia política (e política econômica) que envolvem “uma mistura de teoria econômica com a arte das habilidades, qualificações e práticas dos dirigentes do Estado” (1972, p. 336).

Referências

- ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da crise I*. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.
- _____. *Dossiê da crise II*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.
- CARVALHO, F.J.C. Temas de política monetária keynesiana. *Ensaio FEE*, (15): 1, p. 33-61, 1994.
- _____. Políticas econômicas para economias monetárias. In: Lima, G.T.; Sicsú, J.; Paula, L.F. (orgs.). *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, p. 258-281, 1999.
- _____. Keynes como reformador social: o debate em torno de *How to Pay for the War*. In: Ferrari Filho, F. (org). *Teoria geral setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS, p. 45-60, 2006.
- _____. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Análise Econômica*, 26 (50), p. 7-25, 2008.
- DAVISON, P. *Controversies in post-Keynesian economics*. Brookfield: Edward Elgar, 1991.
- FERRARI FILHO, F. A economia de Keynes e as proposições keynesianas de política econômica. In: Ferrari Filho, F. (org). *Teoria geral setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS, p.45-60, 2006a.
- _____. *Política comercial, taxa de câmbio e moeda internacional: uma análise a partir de Keynes*. Porto Alegre: UFRGS, 2006b.

_____. Como era de se esperar, a crise internacional chegou ao Brasil. E agora, o que fazer para mitigarmos os impactos da crise em 2009 e retomarmos o rumo do crescimento em 2010? *Economia & Tecnologia*, v. 5, n. 17, 2009.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O.A.C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? *Nova Economia*, 11 (1), p. 99-121, 2001.

KEYNES, J.M. *The general theory of employment, interest and money*. New York: HBJ Book, 1964.

_____. *Essays in persuasion. The collected writings of John Maynard Keynes*, v. IX. London: Royal Economic Society, 1972.

_____. *The general theory and after: a supplement. The collected writings of John Maynard Keynes*, v. XXIX. London: Royal Economic Society, 1979.

_____. *Activities 1940 – 1946: Shaping the Post-War world: employment and commodities. The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. XXVII. London: Royal Economic Society, 1980a.

_____. *Activities 1940 – 1944: Shaping the Post-War: The Clearing Union. The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. XXV. London: Royal Economic Society, 1980b.

_____. *The economic consequences of the peace*. New York: Penguin Books, 1988.

KREGEL, J. Budget deficits, stabilisation policy and liquidity preference: Keynes's Post-War policy proposals. In: Vicarelli, F. (ed.). *Keynes's relevance today*. London: Macmillan, p. 28-50, 1985.

KRUGMAN, P. How economists get it so wrong? *The New York Times*, 2009. <http://www.nytimes.com/2009/09/06/magazine/06Economic-t.html>. Acesso em: 05 nov. 2011.

LUCAS, R. Jr. The death of Keynesian economics. *Issues and ideas*, Winter, p. 18-19, 1980.

MARCUZZO, M.C. *Keynes and the Welfare State*. Roma: Università di Roma, 2005. Disponível em: <http://www2u.biglobe.ne.jp/~olympa/Cambridge/hyoushi/marcuzzo.doc>. Acesso em: 5 nov. 2011.

MANKIW, N.G. What would Keynes have done? *The New York Times*, 2008. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/11/30/business/economy/30view.html>. Acesso em: 5 nov. 2011.

MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Heaven: Twentieth Century Fund Report, 1986.

SZMRECSÁNYI, T. Keynes. In: Fernandes, F. (org.). *Coleção grandes cientistas sociais*, n. 6. São Paulo: Ática, 2ª ed., 1984.

TERRA, F.H.B.; FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O.A.C. A hipótese da Fragilidade Financeira aplicada ao setor público: uma análise para a economia brasileira no período 2000-2008. *XIV Prêmio tesouro nacional de finanças públicas*. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIPremio/politica/2pfceXIVPTN/Monografia_Tema3_FABIO_HENRIQUE.PDF. Acesso em: 5 nov. 2011.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiou
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éldia Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Hendersson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Prof. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Prof. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Prof. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Prof. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Prof. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Prof. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Prof. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Monteiro
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth* – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A filia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois”* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias



Fernando Ferrari Filho possui pós-doutorado em Economia pela University of Tennessee (EUA), em 1995-1996. É Ph.D em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1992; mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1983 e bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1980. É professor de Economia na UFRGS desde 1994. Pesquisador adjunto em Economia pelo CNPq desde 2001. Professor visitante na University of Illinois (EUA), em 1988-1989. *Fleming visiting fellow* em Economia no Centro de Estudos Brasileiros, na University of Oxford (Inglaterra), em abril de 2001. Chefe do Departamento de Economia da UFRGS, de 1992 a 1994. Diretor do Centro de Estudos Econômicos na mesma instituição, de 1997 a 2001. Coordenador do Programa de Graduação em Economia também nessa instituição. Editor do *Jornal de Análise Econômica*, de 2002 a 2004 e em 2008. Consultor da Capes desde 1998. Consultor do CNPq desde 2001. Assessor econômico da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) em 1984 e de 1986 a 1988. Assessor econômico da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) em 2003-2004. Vice-presidente e presidente do conselho da instituição comunitária de crédito Portosol (Brasil), de 2002 a 2004 e de 2004 a 2006, respectivamente. Presidente e Vice-Presidente da Associação Keynesiana Brasileira, abril/2008 a setembro/2009 e setembro/2009 a atual, respectivamente.



Fábio Henrique Bittes Terra é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (2006), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2008) e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia e coordenador do curso de Ciências Econômicas da referida instituição desde 2009. Suas temáticas de trabalho são: teoria pós-keynesiana, macroeconomia, finanças públicas e política econômica. Em 2009, ganhou o 2º lugar no XIV Prêmio Tesouro Nacional de Monografias em Finanças Públicas.

Algumas publicações dos autores

FERRARI FILHO, F.; TERRA, Fábio. "A hipótese de fragilidade financeira aplicada ao setor público: uma análise para a economia brasileira período 2000-2009". *Revista Anpec*, v. 12, p. 497-516, 2011.

_____. "As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas". *Revista de Economia Contemporânea* (Impresso), v. 15, p. 271-295, 2011.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, Octavio Camargo; TERRA, Fábio. "The financial fragility hypothesis applied to the public sector: an analysis for Brazil's economy from 2000 to 2008". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 33, p. 151-168, 2010.

_____. "A hipótese minskyana de fragilidade financeira aplicada ao setor público: uma análise para a economia brasileira no período 2000-2008". In: *Escola de Administração Fazendária*. (org.). XIV Prêmio Tesouro Nacional – homenagem a Euclides da Cunha. Brasília: Tesouro Nacional, 2010, p. 1-34.